

# CONTAS PÚBLICAS

Gastos de União, estados e municípios com pagamento dos juros de suas dívidas são suficientes para bancar 19 anos do programa Fome Zero. Essas despesas fizeram o país ter déficit de R\$ 61 bilhões em 2002

# Juro consome R\$ 113,9 bi

Vicente Nunes

Da equipe do **Correio**

No mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o seu mais ambicioso programa de governo, o Fome Zero, que custará R\$ 6 bilhões este ano, o Banco Central informou que a dívida pública consumiu R\$ 113,978 bilhões em juros em 2002, último ano da administração de Fernando Henrique Cardoso.

Os gastos com juros equivalem a 19 anos de Fome Zero. Em relação a 2001, houve aumento de 32% nessas despesas. A maior parte desse dinheiro foi parar nos cofres dos bancos e dos fundos de investimento.

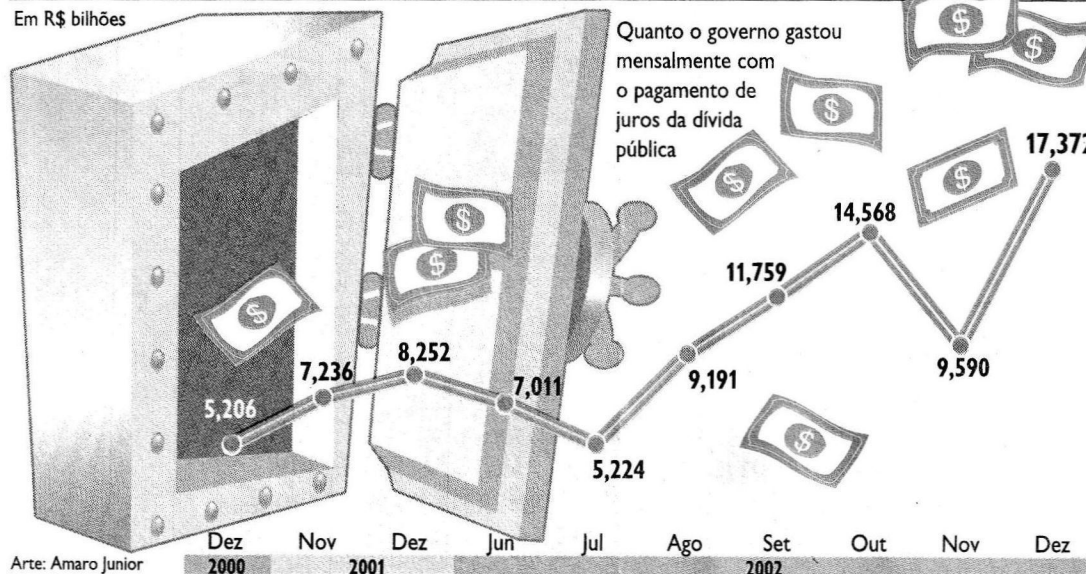
A cada dia do ano passado, o governo (União, estados e municípios) desembolsou R\$ 312,268 milhões para seus credores. Os gastos com juros foram tão altos no ano passado, que corresponderam a mais de duas vezes o su-

perávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta o custo da dívida) registrado no período, de R\$ 52,364 bilhões. Ou seja, descontado o superávit, o setor público fechou 2002 com um rombo de R\$ 61,614 bilhões, equivalente a 4,61% do Produto Interno Bruto (PIB). Com isso, a dívida líquida das três esferas do governo alcançou R\$ 881,108 bilhões, valor equivalente a 55,9% do PIB. Fernando Henrique ainda deixou outra herança assustadora para o país: uma dívida bruta de R\$ 1,132 trilhão.

Os estados foram os mais punidos pelo pagamento de juros. Dos R\$ 113,978 bilhões pagos no ano passado, arcaram com R\$ 52,321 bilhões. Isso aconteceu porque a dívida dos estados, que foi renegociada pela União, é corrigida, em média, por juros de 13% ao ano mais a variação do IGP-DI, índice de inflação que atingiu 25% em 2002. O desembolso do governo federal foi de R\$ 49,598

## GASTOS ELEVADOS

Em R\$ bilhões



bilhões. Os gastos dos municípios bateram em R\$ 9,770 bilhões.

Apesar dos encargos assumidos pelos estados, a situação fiscal está sob controle, garantiu o chefe do Departamento Econô-

mico do Banco Central, Altamir Lopes. Ele afirmou que o superávit primário dos estados totalizou R\$ 10,598 bilhões, o melhor resultado desde 1991. "É importante ressaltar que todas as esfe-

ras de governo têm apresentado resultados bastante positivos. Tanto que, no geral, o superávit primário ficou R\$ 2,064 bilhões acima da meta acertada com o Fundo Monetário Internacional

(FMI), de R\$ 50,3 bilhões."

No cômputo da dívida pública, que aumentou R\$ 220,241 bilhões ao longo de 2002, o governo contou com a força da inflação para evitar sinais de descontrole. Como o PIB é corrigido pelo IGP-DI, a inflação ajudou a diminuir o impacto dos juros e do dólar na dívida pública. Não fosse o IGP-DI tão elevado, a relação da dívida pública com o PIB estaria bem acima de 60% e não nos 55,89% do fechamento do ano. O efeito do dólar sobre a dívida foi de R\$ 147,225 bilhões.

Segundo Altamir, a tendência é de a dívida se estabilizar em 55% do PIB, mesmo com a alta dos juros, que passou de 25% para 25,5% ao ano, pois não se trabalha com um cenário tão ruim como o de 2002, quando o dólar subiu 52,29%. Caso esse quadro se confirme, o déficit nominal, que inclui os gastos com juros, também será menor que 4% do PIB, prevê o economista do BC.